

# “SERIA O LÁPIS UM MARCADOR?”: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO ENSINO BÁSICO À LUZ DO CURTA-METRAGEM *DÚDÚ E O LÁPIS COR DA PELE* (2018)

## “WOULD THE PENCIL BE A MARKER?”: AN ANTI-RACIST EDUCATION PROPOSAL IN BASIC EDUCATION IN THE LIGHT OF THE SHORT FILM *DÚDÚ AND SKIN COLOR PENCIL* (2018)

Leandro Chaves Batista<sup>1</sup>

### RESUMO

A *pedagogização do cinema* vem se generalizando como um profícuo caminho para a diversificação de instrumentos do trabalho docente, sobretudo no ensino básico. Desse modo, o presente artigo se propõe a discutir as representações étnico-raciais abarcadas no curta-metragem *Dúdí e o Lápis Cor da Pele* (2018), cujo enfoque é o papel decisivo que a escola possui diante da construção identitária da criança negra, destacando que o convencional “lápis cor da pele” se aproxima muito mais da alcunha de marcador social da diferença racial. Para tanto, dialogamos com autores que: empreenderam debates em torno do racismo no Brasil, a saber Munanga (2004) e Almeida (2019); e se debruçaram em traçar possíveis caminhos para a implementação de uma educação antirracista, como Gomes (1999) e Andrade (1999). Como encaminhamento das questões levantadas, a análise do tensionamento racial presente no curta-metragem possibilitou a elaboração de uma proposta didática para professores que atuem na educação básica, marcadamente na disciplina de História, com vistas a ressignificar os valores e práticas sobre diversidade no ambiente escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação antirracista. Criança negra. Curta-metragem.

### ABSTRACT

The pedagogization of cinema has been increasingly used as a fruitful path for diversifying teaching tools, especially in basic education. Thus, this article aims to discuss the ethnic-racial representations portrayed in the short film *Dúdí e o Lápis Cor da Pele* (2018), whose focus is the decisive role that school plays in the identity construction of black children, highlighting that the conventional "skin-colored pencil" is much more akin to the label of racial difference marker. To do so, we engage in a dialogue with authors who have engaged in debates around racism in Brazil, namely Munanga (2004) and Almeida (2019); and have sought to outline possible paths for the implementation of an anti-racist education, such as Gomes (1999) and Andrade (1999). As an outcome of the issues raised, the analysis of racial tension present in the short film enabled the development of a didactic proposal for teachers who work in basic education, notably in the History discipline, aiming to resignify values and practices regarding diversity in the school environment.

**KEYWORDS:** Anti-racist education. Black children. Short film.

---

<sup>1</sup> Discente no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisador bolsista junto ao Núcleo de Estudos de Historiografias e Linguagens (NEHISLIN), grupo vinculado ao curso de História da UEMA. E-mail: leandrochaves1000@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo intenciona, primordialmente, aventar uma proposta de utilização do curta-metragem *Dúdí e o Lápis Cor da Pele* (2018) no ensino básico a fim de contribuir com a elaboração de práticas de educação antirracista e, de forma concomitante, operar uma *pedagogização do cinema* (ALMEIDA, 2017). A incorporação desta mídia na agenda didática estipulada pela escola, se realizada de maneira efetiva, oferece um relevante contributo para a formação cultural e desenvolvimento crítico dos discentes em relação à realidade.

Considera-se primordial para a largada dessa discussão demarcar nossa inclinação para uma perspectiva intercultural, considerando o caráter relacional entre os distintos grupos socioculturais que compõem a sociedade. Conforme assinala Candau (2011), alguns aspectos concernentes a este multiculturalismo aberto e interativo são: a percepção de identidade como um projeto inacabado, em permanente construção, a fim de romper com posturas essencialistas; e a consciência de que as relações culturais são permeadas por relações de poder. Desse modo, um caminho viável para a implementação de uma educação antirracista no ensino básico é fixar que a diversidade étnico-racial do país cobra novos comportamentos dos alunos, sendo o audiovisual uma ferramenta lúdica para tal finalidade.

Dirigido por Miguel Rodrigues e roteirizado por Cleber Marques, *Dúdí e o Lápis Cor da Pele* é um curta-metragem, com duração de 19 minutos, realizado pela produtora *Take a Take Films* no ano de 2018<sup>2</sup>. A obra acompanha o personagem-título, um garoto negro de sete anos, estudante de um colégio particular de classe média de São Paulo, em uma crise de identidade. O ponto de partida da narrativa se dá quando, em uma aula de Educação Artística, a professora associa a cor do lápis rosa salmão à cor da pele, intrigando o garoto, que passa a procurar por respostas em relação ao descompasso entre o que foi dito pela professora e a realidade que ele está inserido.

A relevância do presente trabalho reside em ressaltar a importância de uma educação antirracista no ensino básico de História, sendo esta instrumentalizada pelo uso de recurso audiovisual no processo pedagógico. Para tanto, empreende-se uma discussão de caráter analítico e interpretativo, junto a autores que se dedicaram a debater as relações étnico-raciais no âmbito educacional.

---

<sup>2</sup> É válido ressaltar outras experiências de utilização do referido curta-metragem na prática do ensino, como a realizada pela professora Kalinda Félix de Souza, em 2019 no curso de pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) junto a cursistas que, em sua maioria, já atuavam como professores (SOUZA, 2020); e o projeto pedagógico *Esse lápis não me representa*, realizado em 2020, de forma cooperativa entre os professores, em turmas do sexto ano da Escola Municipal Cordeiro Filho, localizada no município de Lagoa dos Gatos-PE (XAVIER FILHO, 2020).

Para além deste texto introdutório, o artigo está estruturado em mais quatro seções: uma discussão teórica a respeito do racismo, das prerrogativas da Lei 10.639/03, e caminhos para a implementação de uma educação antirracista; uma análise das representações<sup>3</sup> étnico-raciais contidas no curta-metragem *Dúdu e o Lápis Cor da Pele*; uma proposta didática para a utilização do material no ensino básico; e um balanço, nas considerações finais, do conteúdo apresentado. Ademais, é premente, ao longo da discussão, nos reportarmos à seguinte questão: até que ponto o lápis contido na narrativa do audiovisual representa, naquela circunstância, um sintomático marcador racial?

## 2 O RACISMO, A LEI 10.639 E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Partindo do pressuposto de que o racismo é um elemento integrado à organização econômica e política da sociedade, sendo utilizado como um instrumento de reprodução de desigualdades e violências, Sílvia Almeida (2019), em sua obra *Racismo Estrutural*<sup>4</sup>, debate questões relativas ao preconceito, racismo e discriminação – três categorias que, recorrentemente, são associadas à ideia de “raça”. Portanto, como forma de prescrever a discussão, o jurista argumenta que a “raça” é um fenômeno da modernidade, eminentemente relacional e político, sendo utilizado, historicamente, para instrumentalizar desigualdades e segregação de grupos considerados minoritários. Os dois canais pelos quais a raça opera, conforme o autor, são: a característica biológica (de ordem fenotípica) e a característica étnico-cultural (ligada à origem geográfica, à religião, à língua, entre outros aspectos).

Sobre esta noção de “raça”, Kabengele Munanga (2004) aponta que ela não é uma realidade biológica (apesar de ainda presente no imaginário coletivo), como já comprovado por geneticistas, mas sim um conceito “cientificamente inoperante” utilizado para segmentar a diversidade humana e, mais grave ainda, promover hierarquizações arbitrárias. Ademais, para o antropólogo, o conceito em si carrega uma faceta “imperialista”, por meio do estabelecimento de relações de poder e dominação que apresentam uma certa variabilidade de acordo com a época e local. A associação

---

<sup>3</sup> O sentido de representação adotado neste trabalho condiz com o construto teórico de Stuart Hall, que atribui a este conceito um caráter constitutivo de um amplo processo de produção e compartilhamento de significados entre membros de uma cultura (LEÃO, 2020, p. 27). Nesse sentido, o uso do termo “representações” é fundamental para compreender de que forma o audiovisual selecionado é produtivo para a identificação e denúncia de preconceitos que acompanham a formação identitária da criança negra. Tais elementos estão presentes na realidade, mas que, a partir de um processo de ficcionalização, tornam-se genuínas representações.

<sup>4</sup> Almeida (2019) ressalta que o racismo estrutural é um produto direto das relações políticas, econômicas, jurídicas ou familiares, portanto, ratificando o caráter relacional da noção de “raça”. No Brasil, fenômenos como o colonialismo e a escravização foram basilares para o ordenamento do racismo estrutural e, conseqüentemente, a manutenção de hierarquias entre grupos étnicos e relações de poder sustentadas em privilégios.

entre traços biológicos e qualidades morais e intelectuais denuncia o caráter muito mais etno-semântico e político-ideológico do que propriamente biológico que a “raça” apresenta.

Mediante a caracterização do conceito de “raça”, Almeida (2019, p. 23) assinala que a discriminação racial corresponde a um tratamento diferenciado para membros de grupos racialmente identificados, podendo ela assumir quatro formas: *direta*, marcada pelo “repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial”; *indireta*, quando determinadas regras são aplicadas, de forma neutra, sem considerar situações específicas de grupos minoritários; *negativa*, causadora de prejuízos e desvantagens; e *positiva*, voltada para corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa.

Já o preconceito racial é referente à emissão de juízos de valores amparados por estereótipos de determinado grupo, podendo manifestar-se ou não em práticas de discriminação. Por sua vez, o racismo está relacionado a uma forma sistemática de discriminação fundamentada na “raça”, de ordem consciente ou inconsciente, que desemboca em desvantagens ou privilégios para determinados indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. O foco do presente trabalho é discutir sobre formas de combater o racismo no ambiente educacional, portanto, faz-se imprescindível, nos referenciarmos à Lei 10.639/03<sup>5</sup>, seus antecedentes históricos e como ela pode instrumentalizar uma educação antirracista.

Em 09 de janeiro de 2003, Luís Inácio Lula da Silva, então presidente da República Federativa do Brasil, sancionou a Lei 10.639/03, marco legal que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O campo em questão abrange, conforme a lei, temas como a “luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003). Outras prerrogativas estabelecidas são que: os conteúdos sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, com destaque para os domínios da Educação Artística, Literatura e História brasileiras; além da inclusão do dia 20 de novembro como *Dia Nacional da Consciência Negra*.

A consolidação da referida lei deve ser visualizada como um produto dos progressivos esforços de militância oriundos de organizações antirracistas no país que concebem a educação como um instrumento de luta política. São notórias, no início do século XX, as atuações da Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>6</sup> por meio da criação de escolas de alfabetização, além de cursos técnicos e

---

<sup>5</sup> Materializada no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

<sup>6</sup> Foi uma entidade criada em 1931, com filiais em vários estados que lutava pelo aperfeiçoamento moral e intelectual dos negros. Tinha como principal veículo o jornal A Voz da Raça. No ano de 1936, se transformou em partido, mas no ano seguinte foi extinto pelo Estado Novo.

de formação social; e o Teatro Experimental do Negro (TEN)<sup>7</sup>, organização que visava a formar atores negros, mas também promover oficinas, congressos e simpósios para debater a discriminação racial no país. Mais tarde, no contexto do regime militar, notadamente em 1978, é criado o Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>8</sup>, grupo responsável por denunciar o racismo presente nos variados espaços sociais, e reivindicar, com mais ênfase, a ressignificação das narrativas em torno da população negra na educação.

Uma via de atuação do MNU, concernente à proposta deste artigo, são os esforços em denunciar a “discriminação e perpetuação de ideologias racistas” (MAIA, 2020, p. 8) no ambiente escolar, e demandar uma reorganização dos currículos, de modo que eles valorizem a história e cultura africanas. Tal pauta encaminhou os debates do grupo na década de 1990, sendo a Lei 10.639/03 o cume desse processo de mobilização.

Entendendo que a educação antirracista visa problematizar um projeto político-pedagógico historicamente ancorado em instituições e agências racistas, Reis e Calado (2020) conferem importância para a tematização da branquitude<sup>9</sup> e da negritude<sup>10</sup>, no ambiente escolar, como construções históricas e culturais promotoras, respectivamente, da pavimentação de relações de poder/jogo de privilégios e da reconfiguração de padrões hegemônicos que silenciam sujeitos objetificados, sobretudo negros.

Desse modo, é papel da escola transcender a sua feição reprodutora do racismo na sociedade brasileira, assumindo o compromisso de reposicionar a discussão em torno das tensionadas relações étnico-raciais no país, positivando a autoimagem de crianças e jovens negros/as, afetada historicamente por estigmas e estereótipos. Nesse sentido, é imprescindível, para a implementação da Lei 10.639/03, a execução de estratégias voltadas para a formação docente alinhada a perspectivas interculturais/multiculturais/antirracistas; ações articuladas para a reorientação dos currículos pedagógicos; e, em um plano mais geral, o enrijecimento de fiscalização do dispositivo legal pelas instâncias governamentais (REIS; CALADO, 2020).

Um dos desafios para a efetivação da referida lei é a relutância de uma parte dos profissionais da educação brasileira em admitir a existência do racismo no país e, conseqüentemente, assumir uma postura ativa no debate, pendendo a robustecer o mito da

---

<sup>7</sup> Foi uma companhia teatral brasileira, fundada por Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro, que atuou entre os anos de 1944 e 1961.

<sup>8</sup> Fundado em São Paulo, no ano de 1978, o MNU é um coletivo de ativismo político, cultural e social com ênfase na autoafirmação cultural, no incentivo à cultura de matriz africana e na promoção de políticas públicas de combate à discriminação racial.

<sup>9</sup> Diz respeito a uma posição do indivíduo branco marcada por privilégios com relação ao acesso a recursos materiais e simbólicos.

<sup>10</sup> Condição de reconhecimento e valorização da identidade, cultura e subjetividade negra.

democracia racial. Nilma Gomes (1999, p. 147) atribui a esse problema, um fator primordial: a desconsideração do processo educacional em sua multidimensionalidade, abrangendo elementos como “a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras”, como se ele fosse restrito ao repasse dos conteúdos escolares.

Apesar da escrita de Gomes (1999) remeter a um intervalo de mais de duas décadas, as estratégias de atuação antirracista propostas por ela ainda fazem bastante sentido em nossa atualidade, a saber: um entendimento teórico, por parte dos docentes, acerca das delimitações conceituais entre racismo, discriminação e preconceito; a realização de discussões junto aos alunos sobre quais valores e representações são atribuídos aos sujeitos negro, branco, mestiço, entre outros; o esforço dos docentes em conhecer experiências de valorização da cultura afro-brasileira (em grupos culturais ou ONG's) e, por fim, a execução de atividades interinstitucionais que demandem um regime de cooperação e compartilhamento de experiências entre docentes.

Um dos aspectos acima mencionados, a identificação das representações, é fundamental para a proposta deste artigo, no sentido de que o curta-metragem *Dúdú e o Lápis Cor da Pele* nos possibilita visualizar uma ampla gama de discussões relativas ao tensionamento racial no Brasil, como veremos a seguir.

### **3 AS REPRESENTAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONTIDAS NO CURTA-METRAGEM *DÚDÚ E O LÁPIS COR DA PELE* (2018)**

O ponto de partida do audiovisual se dá com uma atividade de colorir desenhos em uma classe de ensino fundamental I no Colégio Batista Brasileiro, na cidade de São Paulo. Na ocasião, o aluno Dúdú, uma criança negra de sete anos, se vê confuso por não saber qual tonalidade usar para colorir os rostos dos personagens (uma família de quatro pessoas, acompanhada de um animal doméstico), quando sua professora, Sônia, o orienta: “Pinta com lápis cor da pele, aquele bem clarinho sabe...”. Após ouvir esta frase, Dúdú é tomado por um estranhamento em relação aquele lápis cor de salmão que nada tinha a ver com o seu tom de pele, mas que foi denotado pela professora como normativo para representar a epiderme.

**Figura 01:** Dúdú compara a cor do lápis com a cor da sua pele. 2'18”



**Fonte:** *Dúdú e o Lápis Cor da Pele*, Take a Take Films, 2018.

Outro aspecto intrigante nesta primeira cena é que antes da intervenção da professora, a colega de Dúdú, de cor de pele branca, o havia aconselhado a pintar os personagens de rosa, como ela faz. Neste momento, duas infâncias se chocam. Concebendo a infância como uma construção social e histórica, Débora Araújo (2008) assinala que ela é cindida em dois tipos: uma idílica, com histórias de contos de fadas; e uma realista, na qual algumas crianças são vítimas de preconceito e violências. Não se deve essencializar tal dicotomia, mas isso não nos chancela negar que, historicamente, as crianças negras estiveram submetidas, no ambiente escolar, a discriminação ou falta de representatividade (seja nos brinquedos, seja nas ilustrações dos livros infantis). Sendo assim, a escola não pode se furtar a empreender uma educação antirracista que conforme as várias infâncias coexistentes.

Após o episódio, Dúdú passa a examinar a recorrência de pessoas com um tom de pele próximo ao do lápis. Em dado momento, ele indaga sua mãe, Marta: “Tem alguém da nossa família que é assim [...] cor da pele?”. A mãe se assusta e, ao presumir que a questão havia sido levantada na escola, visita a instituição a fim de que a direção tome providências. Quando o diretor afirma ser a situação um mal entendido, Marta refuta: “Um mal entendido de mais de quinhentos anos você quer dizer né...”. Uma direta referência aos condicionantes histórico-sociais da colonização do território brasileiro.

Ao ser inquirida por Marta, a professora Sônia se mostra irredutível, ativando as seguintes facetas discursivas: *a credencial antirracista* - “Imagina, eu racista? Eu tenho um amigo negro, vizinhos, colegas negros...”; *a negação do fenômeno* - “Essa história de ver racismo em tudo já deu também né, hoje em dia ninguém pode falar nada que já vira racismo!”; *a falta de esforço em se atualizar em discussões antirracistas* - “Não foi eu que inventei isso, eu só tô repetindo [...]”; *a banalização* - “[...] agora, se quiserem me demitir por uma bobagem dessa...”; e *o atestado do caráter estrutural do racismo* - “Eu só falei uma coisa que todo mundo diz”. Este conjunto de elementos denuncia a profundidade das práticas preconceituosas as quais a professora está imbuída.

Em meio à discussão entre as duas, Dúdu foge da escola levando o lápis consigo, aproveitando um momento de descuido do segurança da instituição. O garoto caminha pelas ruas da cidade comparando a cor do lápis com a pele de variados transeuntes. Após serem informadas do desaparecimento de Dúdu, Marta e Sônia saem à sua procura e, em dado momento, a professora indaga à mãe sobre a possibilidade de informar o pai do menino sobre o seu sumiço. Esta passagem, através da técnica do *flashback*, revela para o espectador que o racismo incidente sobre aquela família não é pontual, mas anterior ao recorte narrativo da produção: o pai de Dúdu, um homem negro, fazia corrida esportiva na rua, quando foi confundido com um ladrão por um policial e teve sua vida ceifada em razão disso. Na cena em questão, o assaltante era uma pessoa branca e, em meio aos gritos da vítima (“pega ladrão, pega ladrão!”), o policial presumiu que aquele homem negro correndo era o criminoso.

**Figura 02:** O pai de Dúdu é atingido por um policial. 8’35”



**Fonte:** Dúdu e o Lápis Cor da Pele, Take a Take Films, 2018.

Há um ladrão. Há dois homens correndo, um branco e um negro. Quem é o ladrão? Na perspectiva do policial, o pai de Dúdu era a pessoa mais suscetível a ter cometido o crime. Mas qual o critério adotado por ele? Um critério baseado em estereótipos e preconceitos raciais, no qual a cor da pele foi utilizada como um marcador de suspeita, mesmo sem qualquer evidência concreta ou prova de culpa.

Tal postura se relaciona com o que Achille Mbembe chamou de necropolítica. Este conceito refere-se a uma lógica de atuação do Estado moderno que delimita quem tem o direito à vida e quem deve morrer (MBEMBE, 2016). A cena denuncia, de forma explícita, uma das formas pelas quais o racismo opera na sociedade brasileira: a política de segurança. Nesse sentido, a necropolítica se configura como um mecanismo de manutenção de violências contra grupos marginalizados, sobretudo as populações negras. Esta é uma forma de exercer controle e dominação sobre corpos tidos como "indesejáveis", no caso da cena o corpo negro.

Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) referente ao ano de 2021, negros e pardos representam 84,1% das vítimas de intervenções policiais com resultado

morte (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). O indivíduo negro é um suspeito em potencial por ser marginalizado, e é marginalizado pelo racismo de Estado, portanto, transcender esse ciclo demanda paulatinos esforços na educação e militância política para a efetivação de políticas públicas antirracistas.

**Figura 03:** A mãe de Dúdu e a professora conversam sobre tensão racial. 8'48"



**Fonte:** Dúdu e o Lápis Cor da Pele, Take a Take Films, 2018.

Após ouvir a história da morte do pai de Dúdu, Sônia se solidariza, mas não equipara o seu preconceito à prática do policial, sendo refutada por Marta: “Existem muitas formas de puxar o gatilho professora...”, uma referência às consequências, a longo prazo, do racismo. Durante a busca por Dúdu em uma praça, a professora encontra com um antigo namorado, Gustavo. Os dois ficam consternados e o motivo é evidenciado em outro *flashback* que mostra a negativa do pai de Sônia em relação ao seu envolvimento com o rapaz, por ele ser negro.

O pai de Sônia nega ser um homem preconceituoso, apesar de caracterizar a relação da sua filha com Gustavo (descrito por ele como um rapaz de cor) como uma “aventura”. No diálogo, ele tenta persuadir a filha para que ela veja a relação de uma forma negativa: “Imagina, imagina se essa criança nasce negra!”; “Olha ali, a patroa bondosa levando o filho da empregada para passear.”. Por fim, o pai de Sônia apresenta sua “boa intencionada” e “consciente” perspectiva da realidade: “Não me olha assim, só estou dizendo uma coisa que todo mundo diz”. A frase, semelhante à que Sônia proferiu para Marta na sala da direção da escola, funciona como um instrumento de circularidade discursiva, justificando a postura racista da professora como uma construção familiar anterior ao recorte da produção. Remexer nessa memória faz com que Sônia reflita sobre sua postura e passe a dar, ainda que de forma comedida, razão para Marta sobre a tensão racial que atravessa as suas vidas.

Enquanto isso, Dúdu continua, sem resultados, sua empreitada de encontrar pessoas cuja pele tenha a mesma tonalidade que o lápis. Ao se deparar com uma bela parede grafitada, é surpreendido por Madalena, uma desconhecida que pergunta o porquê de ele estar ali sozinho e onde estava sua mãe. Ele argumenta que não quer voltar para encontrá-la, uma vez que ela e sua

professora vão continuar brigando ao invés de explicar para ele o motivo daquele lápis ser referenciado como cor de pele.

**Figura 04:** Madalena e Dúdú se conhecem. 14'12”



**Fonte:** Dúdú e o Lápis Cor da Pele, Take a Take Films, 2018.

A fim de ajudar Dúdú, Madalena o convida para tomar sorvete de modo que eles possam conversar mais sobre o tema da cor da pele. Na ocasião, ela revela ser uma curadora de arte e apresenta a ele uma obra de Adriana Varejão. Esta artista plástica criou uma caixa de lápis de cor de várias tonalidades para representar a diversidade étnica no Brasil. Quando ele indaga qual seria a cor de pele “certa”, ela afirma não haver uma definitiva, todas são válidas.

No momento em que Madalena pergunta ao garoto se ele conhece algumas pessoas de projeção histórica e cultural no país, como Dona Ivone Lara, Zumbi dos Palmares, Gilberto Gil, Cartola e Pelé, a narrativa tece uma crítica: Dúdú conhece apenas Pelé. Esta é uma forma de denunciar a visão de que o futebol é um dos poucos horizontes para um garoto negro no Brasil. Em seguida, a curadora assinala para o Dúdú que o elemento de convergência entre as pessoas citadas é que elas são negras e ainda que o seu nome, sem os acentos, corresponde ao termo *negro* em Iorubá<sup>11</sup>. Ao fim do curta-metragem, após reencontrar sua mãe, o garoto diz a ela que não quer ser chamado de Eduardo, apenas de Dúdú. Embora romantizada, a cena faz uma alegoria ao fortalecimento da autoestima e afirmação identitária da criança negra.

A sensibilização de Madalena para o fortalecimento da identidade de Dúdú é muito mais simbólica do que crível, dada a inviabilidade de fomentar a autoestima da criança negra em um encontro pontual. Este é um papel que a escola deveria, naturalmente, desempenhar. Como forma de inspirar práticas pedagógicas nesse viés, convocamos a experiência de Inaldete Andrade (1999) em organizar oficinas de literatura infantil, em fins da década de 1980, junto a crianças e jovens residentes em áreas periféricas de Recife (PE). No projeto intitulado *Oficinas de Auto-Estima/Identidade Racial*, a metodologia perpassa pela escolha da obra (de acordo com a faixa etária

---

<sup>11</sup> É um idioma falado pelos iorubás em diversos países ao sul do Saara, sobretudo na Nigéria e por grupos étnicos em Benim, Togo e Serra Leoa.

e nível de leitura do grupo); leitura individual ou coletiva (a depender da disposição do grupo); e análise das informações debatidas, com estímulo à expressão do grupo, seja oral ou em desenho (ANDRADE, 1999).

Desse modo, as oficinas, conduzidas por facilitadores, se configuram como importantes momentos de reflexão, como exercícios conjuntos de positividade da imagem do negro que almejam, sobretudo, fortalecer as identidades das crianças partícipes no geral, sendo elas brancas ou negras. Esse é apenas um dos caminhos que poderiam ser adotados pela professora Sônia para ressignificar a sua prática docente, não só com relação a temática étnico-racial, mas também para questões relativas à sexualidade, gênero, ecologia, entre outras, ratificando assim o papel da escola em contribuir para uma formação cidadã.

#### 4 UMA PROPOSTA DIDÁTICA

Doravante a discussão empreendida acerca da educação antirracista e dos valores étnico-raciais que acompanham a narrativa do curta-metragem *Dúdu e o Lápis Cor da Pele*, sugerimos uma proposta didática. Prescreve-se que ela seja aplicada junto a alunos do Ensino Fundamental, ao longo de três aulas de cinquenta minutos. O intuito é estimular o pensamento crítico dos alunos sobre o impacto do racismo na construção identitária da criança negra.

A proposta se insere na área de *Ciências Humanas* da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), documento normativo para a Educação Básica no país. O projeto pode ser trabalhado, com as devidas adaptações, em distintos componentes curriculares, mas opta-se aqui por delimitá-lo ao item *História*, em específico o objeto de conhecimento: *A questão da violência contra populações marginalizadas*, que integra a unidade temática: *Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946*, inscrita no 9º ano. A habilidade a ser trabalhada na atividade é voltada para “Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas” - EF09HI26 (BRASIL, 2018, p. 431).

A escolha do 9º ano para a execução da proposta se deu por considerar que nesta etapa os alunos já possuem uma certa noção da existência do racismo (provavelmente, já presenciaram situações que puderam verificar estas práticas, ou mesmo assistindo noticiários). Um outro fator é a presença de arma de fogo na cena em que o pai de Dúdu é assassinado, passagem que não consideramos adequada para séries anteriores. No entanto, é importante que o/a professor(a) estimule os alunos a serem multiplicadores da educação antirracista em suas casas e vizinhanças,

sobretudo com as crianças que fazem parte da vida deles, como por exemplo, irmãos menores, primos. Um bom caminho é que eles apresentem literatura infantil sobre identidade negra para estas crianças. É papel do/da professor(a) orientá-los sobre isso.

A sequência didática da proposta apresenta três etapas, sendo a primeira delas intitulada *Precisamos conversar...*, na qual a temática será apresentada, deixando evidente para os alunos que a atividade se desenvolverá em mais outros dois momentos. Considera-se que o primeiro passo a combater o racismo na escola é admitindo sua existência, portanto, a ideia neste primeiro encontro é que o docente empreenda, junto aos alunos, uma conversa sobre conceitos como discriminação racial, preconceito e racismo (ALMEIDA, 2019), se valendo de exemplos para ilustrá-los. É importante que o/a professor(a) estimule os alunos a relacionarem estas questões com seu cotidiano, indagando a eles de que forma a cultura escolar pode ser reprodutora do racismo.

Em seguida, é ideal que o/a professor(a) encaminhe a discussão para as questões relativas à identidade da criança negra, com destaque a valorização do cabelo crespo, apresentando obras infanto-juvenis que abordem sobre o tema, como por exemplo *O Pequeno Príncipe Preto*, de Rodrigo França; e *Amoras*, de Emicida. Outra possibilidade para o docente é que ele apresente o trabalho de Adriana Varejão (artista plástica citada no curta-metragem) por meio de uma exposição comentada das suas obras em slide; ou mesmo adquira a caixa de lápis de cor com 24 tonalidades da empresa Koralle, criada em 2016.

O passo dois da atividade, intitulado *Cine Classe*, é a apresentação do curta-metragem *Dúdu e o Lápis Cor da Pele* para a turma, em sala de aula, por meio de recursos como computador portátil, retroprojetor e caixa de som. É ideal que a projeção do filme seja antecedida por uma apresentação técnica da produção, incluindo a menção ao “Prêmio de Melhor Curta-Metragem Narrativa”, obtido no Festival de Cinema Arthouse de Londres em 2019; e após a visualização da curta, o/a professor(a) deve suscitar o debate entre os alunos, indagando sobre as impressões que eles tiveram ao assistirem à produção.

Neste momento, é válido que o/a professor(a) teça uma crítica à dita “resolução do conflito” da narrativa, uma vez que ela não dá conta da complexidade do problema do racismo na escola. O fato de Dúdu ter conhecido Madalena e ela lhe ter apresentado algumas noções de diversidade e identidade negra ilustram um caso muito particular, mas quem garante que a professora Sônia, apesar de sensibilizada com o episódio, não voltará a ter um comportamento semelhante com um outro aluno negro? Portanto, é imprescindível sinalizar, para a turma, que os óbices do racismo não são tão facilmente extirpados das instituições, como a produção apresentou. É necessário um trabalho conjunto, com certo nível de organização, para que haja uma generalização e maior aderência da luta antirracista. Ao fim do encontro, o docente deve sinalizar

que na próxima aula haverá avaliação escrita sobre o audiovisual e que os alunos pesquisem mais sobre temas ligados ao racismo na escola.

Na terceira e última etapa, de título: *Organizando as ideias*, o/a professor(a) estipulará que os alunos construam, individualmente, um texto dissertativo-argumentativo sobre o que eles puderam observar de tensionamento racial no audiovisual. Opta-se aqui pela proposta da avaliação escrita para que os alunos possam exercitar a articulação de ideias, de modo que o/a professor(a) observe, para além do entendimento sobre a temática trabalhada, as suas habilidades de organizar argumentos em um texto coeso e coerente. A seguir, consta-se uma sugestão de pontos norteadores para o texto dissertativo e a pontuação distribuída:

**Tabela 01:** Pontos norteadores do texto dissertativo

Qual o conflito principal do curta-metragem?
Como você avalia o comportamento da professora Sônia?
Como você avalia o comportamento de Dúdu?
Qual a sua opinião sobre a atitude de Marta (mãe de Dúdu) em ir tomar satisfações na escola? O que você faria no lugar dela?
E o pai de Dúdu? A morte dele pode ser um caso de racismo?
Qual a importância de Madalena (a moça que Dúdu conheceu na rua) para a resolução do conflito?

Elaborado pelo autor (2023).

A sugestão é que cada um dos seis pontos norteadores tenha a pontuação máxima de um ponto e meio (1,5) contabilizando juntas um total de nove (9,0) pontos. A pontuação restante, um (1,0), poderia corresponder aos critérios de coesão (0,5) e coerência (0,5), dada a importância de que a estrutura e lógica do texto sejam relevantes na avaliação. É ideal também que o docente dedique uma parte do encontro posterior para dar um *feedback* das produções escritas aos alunos, destacando pontos positivos e pontos a serem melhorados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões realizadas, foi possível atestar que existem caminhos viáveis para a efetivação de uma educação antirracista. Os apontamentos metodológicos de Gomes (1999), assim como a experiência de Andrade (1999) na organização de oficinas de literatura infantil são apenas algumas das possibilidades de sistematização destas práticas. Em nosso trabalho, por sua vez, a análise das relações étnico-raciais abarcadas pelo curta-metragem *Dúdu e o Lápis Cor da Pele* (2018) possibilitou a estruturação de uma proposta didática.

A utilização do audiovisual no processo de ensino-aprendizagem é um caminho para a dinamização do trabalho docente. É importante que a sua utilização seja, ao mesmo tempo, um momento de descontração e um contributo para formação crítica dos alunos em relação às questões étnico-raciais. Portanto, a figura do/da professor(a) é imprescindível, seja elucidando dúvidas, seja intervindo em interpretações problemáticas das questões levantadas no material.

A partir do momento em que os alunos se apropriarem de conceitos como racismo, preconceito e discriminação; posteriormente, entendam de que maneira eles podem ser nocivos à sociedade e quais os caminhos para combatê-los, o trabalho do/a professor(a) será efetivado da melhor forma. Sendo assim, o estímulo à realização de projetos que tematizem a diversidade se configura como uma trilha franqueável para que nos aproximemos de uma sociedade caracterizada por valores e práticas interculturais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério de. CINEMA E EDUCAÇÃO: Fundamentos e perspectivas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a Auto-Estima da criança negra. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SECAD, 1999. p. 117-123.

ARAÚJO, Débora Cristina. A construção social da infância: uma outra história. *In*: **VII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE e III Congresso Ibero-Americano sobre violência nas escolas - CIAVE, 2008**, Curitiba. Formação de professores, 2008. p. 104-116.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 11, ed. 2, p. 240-255, 2011.

**DÚDÚ e o Lápis Cor da Pele**. Direção: Miguel Rodrigues. Produção: Cinema na Veia Produções – Take a Take Films. YouTube. 12 de outubro de 2018, 19 min. Disponível em: <[https://youtu.be/-VGpB\\_8b77U](https://youtu.be/-VGpB_8b77U)>. Acesso em: 28 nov. 2022.

**EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL**, Rio Branco – Acre, v. 6, n.3, p. 102-116, set-dez. 2023. **115**

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2022**: Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SECAD, 1999. p. 143-154.

LEÃO, Karolaine de Souza. **“A CRIANÇA NEGRA NA MÍDIA”**: Uma análise sobre a representação da criança negra na telenovela Amor de Mãe, da Rede Globo. Monografia (Bacharel em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MAIA, Cinthia Nolácio de Almeida. MOVIMENTOS NEGROS E LEI 10639/2003: alguns apontamentos da luta desses movimentos em torno da educação. *In*: **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE: História e Mídias: Narrativas em disputa**. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. PENESB. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

REIS, Diego dos Santos; CALADO, Maria da Glória. Diálogos possíveis entre educação antirracista e decolonial: vozes insurgentes, pedagogias críticas e a Lei 10.639/03. **Cadernos do Aplicação: Pesquisa e Reflexão em Educação Básica**, Porto Alegre, v. 33, ed. 2, 2020.

SOUZA, Kalinda Félix de. Um lápis, uma cor, uma frase: como superar práticas veladas de racismo no ambiente escolar. **RECH - Revista Ensino de Ciências e Humanidades**, [s. l.], ano 4, v. 4, ed. 2, p. 365-382, 2020.

XAVIER FILHO, José Luiz. Desconstrução e inclusividade nas aulas remotas de história: não existe lápis cor de pele. **ELITE - Educação, Linguagem e Tecnologias**, [s. l.], v. 1, n. 3, 2021.

Enviado em: 29/03/2023

Aceito em: 04/05/2023